

POLIFONIA	CUIABÁ	EdUFMT	Nº 06	P. 33-45	2003	ISSN 0104-687X
-----------	--------	--------	-------	----------	------	----------------

Idéias lingüísticas: algumas reflexões

Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (UFMT, USP, ABF*)

ABSTRACT: In this paper, based on the works that are referenced to in the text and also in others that aren't cited, we will go briefly through the history of the linguistic reflections from the classic antiquity till nowadays emphasizing the studies about the Portuguese language.

KEY WORDS: linguistics, history of linguistics, Portuguese language.

RESUMO: Neste ensaio, com base nas obras referenciadas no texto e também noutras não citadas, vamos percorrer, sucintamente, a história das reflexões lingüísticas, da antigüidade clássica até nossos dias, dando enfoque aos estudos sobre a língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: lingüística, história da lingüística, língua portuguesa.

O termo “lingüística” – como diz Weedwood (2002: 9), dentre muitos outros – passou a ser utilizado apenas em meados do século XIX. A intenção era distinguir a até então abordagem filológica (estudo com tendência diacrônica ou histórica das línguas em toda a sua amplitude, incluindo a cultura das sociedades que as falavam, com base na literatura ou textos escritos)⁴⁴ da abordagem que se pretendia imprimir a partir daí

* Academia Brasileira de Filologia

⁴⁴ Filologia é a disciplina que reproduz ou reconstrói os textos do passado, identificando e definindo as suas coordenadas sincrônicas e diacrônicas, lingüísticas e situacionais (Contini, 1986, Apud Dicionário de Termos Lingüísticos, s.d.). Culmina, assim, na Crítica textual, disciplina cujo objetivo é editar o texto na

aos estudos sobre a linguagem humana com outra terminologia, a lingüística (estudo sincrônico ou em um determinado período de tempo das línguas, com base, de preferência, na modalidade falada).

Sabemos todos, no entanto, que hoje o termo lingüística não se restringe a esse conceito *stricto sensu*. Embora não haja unanimidade – talvez nunca haja – a tendência atual é considerar todo e qualquer estudo sobre a linguagem verbal, de caráter interno (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e lexicologia) ou externo (análise de conversação, análise de discurso, dialetologia, estilística, lingüística histórica, lingüística textual, pragmática, sociolingüística, e ainda o trabalho filológico etc) como objeto da ciência lingüística.

Desde a origem grega até o que hoje conhecemos como “lingüística moderna”, aqueles que se ocuparam de reflexões sobre a linguagem de um modo geral e, mais tarde, sobre a língua podem ser classificados de acordo com o interesse lingüístico que norteia sua(s) produção(ões) científica(s): ora caracterizada pela teoria e descrição, ora pela comparação e história da linguagem. Em outras palavras, paralelamente, podemos dizer que desde o surgimento dos estudos sobre a linguagem humana⁴⁵ - de Platão a Aristóteles, passando pela Idade Média e pela Era Renascentista, até nossos dias - seja reconstruindo seus estágios iniciais e/ou investigando seus processos de mudança, seja descrevendo sua constituição, principalmente as unidades e relações fonológicas e morfológicas⁴⁶, os estudiosos concentram suas investigações num destes extremos: no estudo do seu caráter interno, tendendo ao

sua forma original, eliminando (em textos antigos) os efeitos de ruído produzidos ao longo da sua transmissão, e determinando (em textos modernos) qual dos autógrafos (textos da mão do autor) existentes possui maior autoridade. (Roncaglia, 1975, Apud Dicionário de Termos Lingüísticos, s.d.).

⁴⁵ O Renascimento é um marco importante para a história da lingüística românica: foi nesta época que surgiram os primeiros elementos para o desenvolvimento dos estudos sobre a dialetologia ou sobre a mudança lingüística.

⁴⁶ Isso porque, até então, havia descrições dos sons das línguas e dos padrões dos sons das línguas, mas não existiam métodos e princípios para o estudo sistemático de tais coisas em geral – aplicáveis a qualquer língua e considerados como propriedades de todas as línguas. Cf. D. Hymes (1993: 432).

formalismo ou no estudo do seu caráter externo, tendendo ao sociologismo.

Por caráter interno, entenda-se o estudo da evolução das correntes lingüísticas. São as teorias voltadas para o sistema lingüístico, estudando a mudança já consumada. Neste extremo encontram-se, por exemplo, os comparatistas, os neogramáticos, os estruturalistas e os gerativistas.

Por caráter externo ou caráter social das línguas, entenda-se o estudo do contexto sociocultural no qual as idéias sobre a linguagem humana se desenvolveram. São as teorias voltadas para o falante, estudando a mudança lingüística acontecendo, em pleno curso. Neste outro extremo encontram-se, por exemplo, os estudos sobre contatos lingüísticos (substratos, superstratos, pindgins, crioulos, etc.), teoria da variação, mudança sociolingüística, aquisição da linguagem e análise da conversação.

Para se ter um panorama dessas duas orientações da lingüística no decorrer de sua história tomemos emprestado o esquema feito por Coseriu (1980:4), acrescentando, *grosso modo*, os termos *caráter interno* e *caráter externo*:

1 Origens > Renascimento	2 Renascimento > Século XVIII	3 Século XVIII
Caráter Interno	Caráter Externo	Caráter Interno
Teoria/Descrição	História/Comparação	Teoria/Descrição

4 Século XIX	5 Século XX	6 Século XXI
Caráter Externo	Caráter Interno	Caráter Interno Externo
História/Comparação	Teoria/Descrição	Teoria/Descrição História/Comparação

1) Da origem grega, antigüidade clássica, passando pela Idade Média, até o Renascimento, o que predomina como núcleo do interesse lingüístico são, por exemplo, problemas de descrição e de definição referentes à essência da linguagem e às categorias das línguas. Até o Renascimento aqueles que se ocuparam de

línguas teorizaram sobre a linguagem e freqüentemente descreveram língua embasados no que já fora teorizado. No entanto, a eleição do caráter interno da linguagem não significa dizer que o histórico-comparativo ou o caráter externo da linguagem seja totalmente desprezado. Quando um interesse está em evidência o outro não é totalmente apagado, apenas permanece em segundo plano. Afinal, compreendemos que é complicado para o bem de toda e qualquer ciência conceber teoria e descrição sem a prática histórico-comparativa e vice-versa.

2) Da era renascentista até o século XVIII, há predominância do interesse histórico-comparativo sem, obviamente, ignorar a teoria e descrição. No Renascimento, por exemplo, os estudos estão voltados para a comparação entre diversas línguas e, também, entre fases históricas de uma mesma língua, e se procura a explicação de fatos históricos. É nesse período que há a primeira preocupação de como o latim se transforma nas línguas românicas (italiano, francês, espanhol, português etc.).

Muitas soluções da lingüística histórica do século XIX já tinham sido anunciadas no Renascimento, mas, como é óbvio, com um reduzidíssimo instrumental teórico. Formulava-se de fato uma hipótese sobre a evolução natural das línguas, ou as modificações eram atribuídas a influxos de substratos ou superstratos (ex: para as línguas românicas, a influência de um superstrato germânico). Estas mesmas questões predominam até o final do século XVII. (Coseriu, 1980: 3).

Durante o século XVII, porém, os estudos da linguagem são fortemente marcados pelo racionalismo. Os pensadores da época concentram-se em estudar a linguagem enquanto representação do pensamento e procuram mostrar que as línguas obedecem a princípios racionais, lógicos. A meta que esses estudiosos querem atingir é a língua-ideal, língua universal, lógica, sem equívocos, sem ambigüidades, capaz de assegurar a unidade da comunicação do gênero humano. Há uma gramática que é tida como modelo por grande número de gramáticos do século XVII: é a *Gramática de Port Royal*, também chamada *Gramática Geral e Racional* <ou *Razoada*>, dos franceses Claude Lancelot e Antoine Arnauld (escrita por volta do terceiro quartel do

século XVII).

A contribuição talvez mais interessante dessas gramáticas gerais para a Lingüística tenha sido justamente a de estabelecer princípios que não se prendiam à descrição de uma língua particular, mas de pensar a linguagem em sua generalidade.

3) O século XVIII, época da gramática geral e da descrição de línguas modernas, é caracterizado pela retomada dos temas discutidos com maior ênfase até o Renascimento⁴⁷. Quer dizer: a teoria e descrição prevalecem novamente, enquanto a história e comparação tornam-se assunto de interesse secundário.

4) O século XIX é o momento da lingüística histórica e das gramáticas comparadas. A contribuição dessas gramáticas foi evidenciar que as mudanças das línguas são regulares. Pode-se dizer, então, que este século representa um retorno ao principal interesse que estava em primeiro plano no Renascimento: a comparação e a história, colocando o tema teórico-descritivo num patamar de menor importância⁴⁸. No entanto,

quem, baseando-se no ponto de vista de que somente agora estivesse nascendo um método histórico-crítico, fizesse coincidir com este século o surgimento da lingüística moderna, certamente estaria ignorando a especulação precedente, e, sobretudo identificaria a lingüística moderna com a histórico-comparativa, como se fosse esta a nossa verdadeira disciplina. Todavia apenas um motivo, não novo, é retomado, e além do mais –

⁴⁷ Sobre o século XVIII recomenda-se a leitura de Fávero (1996). Trata-se de um trabalho sobre as concepções lingüísticas da gramática portuguesa no século XVIII. A autora considera que fez “um estudo sincrônico de uma etapa da história da gramática portuguesa, evidentemente, resultado de uma diacronia, já que as obras foram elaboradas a partir da aceitação ou recusa das propostas de Sánchez, Port-Royal, Enciclopedistas e outros”. Esclarece ainda que procurou “indicar as direções dessa diacronia, ressaltando os acordos e desacordos, sem esquecer, porém, o objetivo principal: examinar a ‘ciência gramatical’ que aqueles autores construíram”.

⁴⁸ Como é sabido, tanto no Renascimento quanto no século XIX, o que prevaleceu foi o historicismo. Dessa forma, a lingüística, naturalmente, não podia ser de natureza diferente.

enquanto solicitado pelo contexto histórico particular – oposto aos da lingüística do século XVIII. (Coseriu, 1980: 3)

5) No século XX, os interesses lingüísticos voltam-se para a teoria e descrição, retomando, assim, a temática que predominara no século XVIII. Sobre este século, Coseriu (1980: 3) conclui dizendo que a lingüística nesse período

é novamente dominada pelas questões seguintes: 1) o problema da teoria, com várias orientações e teorias da linguagem diferentes entre si; 2) o problema da descrição e da aplicação, com propostas de questões práticas também no âmbito da lingüística histórica, reelaborando, assim, a temática do século XVIII à maneira de tese e antítese, posicionando teoria e descrição num extremo e história e comparação noutra.

Em síntese, na lingüística dita moderna, num contexto histórico geral, enquanto os temas teóricos e descritivos retornam aos temas da Antigüidade, da Idade Média e, principalmente, do século XVIII, os temas de caráter histórico e comparativo retrocedem aos do Renascimento e aos do século XIX.

6) Hoje, início do século XXI, alguns lingüistas fomentam uma “nova” fase dos estudos sobre a linguagem humana. Trata-se do “movimento de reativação da lingüística histórica”, iniciado na segunda metade do século XX.⁴⁹ Apesar de esse movimento se apresentar como novidade, por pretender uma atuação interdisciplinar com a sociolingüística e a psicolingüística, e por ter incluído a sintaxe como área preferencial de análise nos estudos lingüísticos, percebe-se que mais uma vez o centro das atuações desses estudos está novamente voltado para o historicismo lingüístico.

⁴⁹ Fala-se em “Reativação” porque, ao contrário do século XIX, os estudos lingüísticos do século XX até mais ou menos os anos 80 tinham como foco principal de interesse a teoria e descrição, enquanto a história encontrava-se em segundo plano. Cf. A. T. de Castilho (1998: 61).

Diante disso, apesar de se portar como novidade, tanto a lingüística do século XX quanto a do século XXI, conforme apontam as tendências dos trabalhos nesse fim e início de séculos, essencialmente não é, e nem será absolutamente nova. Em contra partida, também não podemos afirmar que seja apenas e tão somente um retorno às tradições mais antigas. É um retorno, sim, mas com alguma(s) alteração(ões) nas teorias e nos procedimentos de análise, de metodologia. Aliás, nos dois últimos séculos (XIX e XX), o conhecimento factual da história de várias línguas, especialmente a das línguas oriundas do indo-europeu, foi consideravelmente ampliado e, simultaneamente, também, os procedimentos metodológicos foram mais elaborados e refinados. O que se percebe, porém, é que o retorno às tradições do passado é, muitas vezes, ignorado ou então não é explicitamente declarado pelos próprios cientistas da língua.

Um exemplo desse fato é o que se tem observado sobre o aumento dos estudos a respeito da variação e mudança lingüística: um fato já apontado por Dante Alighieri em *De vulgari eloquentia*, na Renascença. No entanto, quase nenhum estudioso que aborda o assunto cita o italiano; nem mesmo a título de historiar essa realidade das línguas.

Como já anunciamos anteriormente, um problema flagrante em todo o percurso histórico dos estudos lingüísticos é o embate entre diferentes orientações teóricas e/ou diferentes procedimentos metodológicos.

Uma prova disso pode ser extraída da teoria da mudança lingüística. Do confronto entre diferentes orientações teóricas, no extremo da visão imanente, estudam-se os fatos de mudança no contexto estrutural, atentando para a importância do ambiente lingüístico, excluindo assim toda preocupação que transcenda o caráter interno da língua. No outro extremo da visão não imanente, analisa-se a língua em sua heterogeneidade natural, observando as muitas correlações entre língua e sociedade, congregando mudança lingüística, história das comunidades falantes e contexto sociocultural, incluindo assim a preocupação com o caráter externo da língua.

Conforme ressalta Faraco (1991), quem deu um passo importante para que essas duas orientações teóricas deixassem de

ser excludentes entre si foi o texto “Empirical foundations for a theory of language change” de Weinreich, Labov e Herzog apresentado em um simpósio sobre lingüística histórica em 1966 na Universidade do Texas (EUA) e publicado em 1968.

Arelado ao problema criado pelas teorias e/ou metodologias, que competem entre si, vem outro bastante comum que também envolve quase todo estudo lingüístico. Estamos nos referindo ao espaço existente entre a teoria e os resultados práticos. Por exemplo: a interdisciplinaridade pregada pelo movimento de reativação da lingüística histórica ainda não tem mostrado seus resultados práticos.

Para que isso se concretize, há necessidade de se criar uma nova disciplina ou ciência que faça com que lingüistas se sirvam de caracteres de outras disciplinas como a antropologia e a sociologia nas investigações sobre um sistema lingüístico e, do mesmo modo, que antropólogos, sociólogos e demais profissionais de ciências afins se sirvam de caracteres lingüísticos em suas investigações.

Comentando ensaios cujo foco principal é a história social da linguagem, Hymes (1993: 431) se coloca na condição de lingüista trabalhando em antropologia e espera que a interdisciplinaridade seja uma preocupação efetiva em qualquer estudo das ciências humanas. Diz ele que

várias disciplinas podem fornecer estudos sobre a vida contemporânea e culturas diferentes. A História também é uma fonte de casos, e muito necessária. As situações que ela pode abordar são valiosas por si só e como perspectiva. Lingüistas, antropólogos, sociólogos e outros podem fazer suposições que não são verdadeiras e se espantar com muitos fatos que não são novos sem a contribuição que a história social pode dar.

No mesmo comentário, ele (Hymes, 1993: 433) ratifica sua posição em favor da interdisciplinaridade dizendo que se tivesse que escrever sobre a história social da linguagem, em qualquer tempo, faria o que sempre fez: incitar antropólogos, sociólogos e folcloristas a ficar atentos aos detalhes lingüísticos e,

por outro lado, incitar lingüistas a reconhecer a base e os ingredientes sociais em seus trabalhos.

Se o homem, como sabemos, expressa suas idéias, as idéias da comunidade a que pertence e as idéias de seu tempo através da língua, sendo ela (língua) utilizada a todo o momento de acordo com a tradição que foi transmitida a cada ser humano, todo falante é usuário e agente modificador de sua língua, contribuindo para a sua constante alteração, mudança e/ou transformação, porque nela imprime marcas geradas pelas situações novas com que se depara no seu dia a dia. Então, a cultura de um povo se projeta, se escancara na língua que esse mesmo povo utiliza, como há muito se tem provado pelo estudo filológico. E mais: não só a cultura como também a história social pode ser investigada através das realizações lingüísticas.

Câmara Jr. (1975: 268-69) lembra que a língua é uma parte da cultura, que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente. É através da cultura que a língua opera e é por intermédio da língua que a cultura subsiste. Portanto, a língua só existiria para englobar a cultura, comunicá-la, transmiti-la. Brandão (1991: 6) acrescenta que

para o real conhecimento de um grupo humano, não basta pesquisar sua história, seus costumes ou o ambiente em que vive, é necessário observar a forma particular de ele representar a realidade que o circunda.

Infere-se, daí, que a recíproca não só é verdadeira como também necessária. Para o real conhecimento da língua de uma comunidade, não basta centrar a pesquisa na história dessa língua considerando apenas seus aspectos internos. É preciso observar a história, os costumes, o habitat, enfim a história social e cultural da comunidade que a usa. Quer dizer, os aspectos externos da língua em questão não podem ser ignorados.

Diz ainda Brandão (1991: 6) que é porque um indivíduo pode ser identificado sócio e culturalmente pela entonação, pronúncia, escolha lexical, ou pelos traços morfológicos e sintáticos que lhe são peculiares, que os argumentos dos

estudiosos simpáticos ao enfoque dado às pesquisas lingüísticas de cunho social, voltadas para o falante, são mais reafirmados.

O importante em tudo isso é não fomentar discussões de caráter unilateral, sob o risco de polarizar uma questão lingüística que, nesta posição, continuará imprimindo, conforme vislumbra Hymes (1993: 431),

a sensação de que, apesar da difusão de uma 'revolução da Lingüística' atual, no mundo intelectual, todos falam sobre a linguagem, mas não se chega a lugar algum.

É sabido que as pesquisas na área da lingüística histórica do português podem ser divididas em duas direções: a *România Velha* e a *România Nova*. A princípio, o foco das pesquisas sobre a *România Velha* centrou-se na

identificação das contribuições fonéticas e léxicas dos povos pré-romanos e a dos povos pós-romanos, na presunção de que residia aqui a causa da dialeção do latim vulgar e de sua transformação nas línguas românicas. (Castilho, 1998:61).

Também sobre a *România Velha* foram desenvolvidos outros trabalhos igualmente relevantes. Um deles trata da reconstrução do chamado latim vulgar, e sua dialeção, como a suposta variedade lingüística levada pelos romanos à Europa latina. Disto, de acordo com Maurer Jr (1957, citado por Castilho, 1998: 62), resultou

o reconhecimento das peculiaridades da România Ocidental – Ibero-România e Galo-România –, por contraste com a România Oriental - Ítalo-România, Reto-România e Daco-România.

Em outro trabalho, bem mais próximo do interesse de quem deseja se ocupar da história da Língua Portuguesa, investigou-se

como a variedade hispânica do latim vulgar deu surgimento ao galego-português, numa trajetória que começou pelas observações das mudanças ocorridas nos subsistemas fonológico e morfológico, desaguando, já em nossos dias, num vigoroso movimento de descoberta da constituição da sintaxe do português. (Castilho, 1998: 62).

Sobre a România Nova, as pesquisas têm focalizado variações e mudanças das línguas portuguesa, espanhola e francesa em território americano.

Para o português do Brasil, em particular, é reconhecida a importância das contribuições de muitos pesquisadores brasileiros⁵⁰ que trabalharam e/ou vêm trabalhando com a preocupação de descrever os estágios pelos quais passou a língua portuguesa em nosso País.

Dentre tantos merecedores de nota, para não cometer injustiça com nenhum deles, destacamos apenas três dos mais recentes projetos de pesquisa que ainda estão em andamento.

1) Projeto Filologia Bandeirante, que envolve a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Em resumo, o projeto Filologia Bandeirante, financiado pela FAPESP, apresenta a constituição de um projeto temático de equipe para coleta de material lingüístico, acompanhado de estudos para identificação, análise e tabulação de traços dos aspectos fonológico, morfológico, sintático e semântico pertencentes a uma ou mais fases da língua portuguesa, provavelmente preservados em localidades situadas nas trilhas das bandeiras paulistas de fins do século XVII, com repercussão ao longo do século XVIII.

2) Projeto Para a História do Português do Brasil, que associa pesquisadores de várias universidades brasileiras interessados em explicar como se deu o processo de lusitanização

⁵⁰ Vale ressaltar o trabalho de historiografia lingüística realizado por Altman (1998), tratando da trajetória da pesquisa lingüística no Brasil num período de 20 anos.

no país, e que rumos a língua portuguesa vem tomando em todo o território brasileiro.

3) Projeto Atlas Lingüístico do Brasil, que também associa pesquisadores de muitas universidades brasileiras e tem como objetivo descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas, diastráticas e diageracionais (fônicas, inclusive prosódicas, morfossintáticas, léxico-semânticas), consideradas na perspectiva da geolingüística pluridimensional.

No todo, esses projetos coletivos vêm demonstrando que a pesquisa lingüística em nosso país se desenvolveu de maneira considerável nesses últimos trinta anos, considerando os muitos e bons trabalhos de nossos lingüistas que antecedem os três projetos citados, desenvolvendo assim uma clara política científica para a ampliação dos estudos lingüísticos no Brasil.

Bibliografia

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968 – 1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

COHEN, M. A. A. de Mendonça et alii. Filologia bandeirante. *Filologia e lingüística portuguesa*, São Paulo, v. 1, p. 79-94, 1997.

Dicionário de Termos Lingüísticos, Vol. I. Associação Portuguesa de Lingüística/Instituto de Lingüística Teórica Computacional. Lisboa: Edições Cosmos, s.d.

HYMES, Dell. Posfácio. In: *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: UNESP, 1993.

CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. Língua e cultura. In: *Diversos*. R. de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 1998.

COSERIU, Eugenio. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1980.

FARACO, C. Alberto. *Lingüística histórica*. S. Paulo: Ática, 1991.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções lingüísticas no século XVIII - a gramática portuguesa*. Campinas: UNICAMP, 1996.

WEEWOOD, Barbara. *História concisa da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2002.